

**O REFORÇO DA “DISCIPLINA FISCAL” E DO “GOVERNO ECONÓMICO NA U.E.”, A PERDA DA SOBERANIA NACIONAL, E MAIOR ATRASO E MISÉRIA PARA PORTUGAL**

**RESUMO DESTE ESTUDO**

A vida dos portugueses é cada mais determinada pelas decisões tomadas em Bruxelas. Nos dias 28-29 de Outubro de 2010 realizou-se, em Bruxelas, mais uma reunião do Conselho Europeu. E embora esta reunião tenha passado despercebida aos portugueses, como aconteceu com muitas outras, o aprovada nessa reunião terá consequências ainda mais gravosas para Portugal do que aquelas que resultarão da redução do défice orçamental, em 2011, de 7,3% para 4,6%.

Nessa reunião foi debatido as propostas contidas num relatório, com o título “Reforço do governo económico da U.E.”, elaborado por uma “Task Force” nomeada pelo próprio Conselho Europeu em que, por Portugal, participou Teixeira dos Santos.

As propostas constantes desse relatório dividem-se em dois conjuntos. Um, visando uma “maior disciplina fiscal”. E o outro tendo como objectivo “uma maior coordenação e vigilância económica e o reforço do governo económico na U.E.”.

No primeiro grupo – medidas visando uma maior disciplina fiscal - para além do défice orçamental a U.E. pretende agora também controlar a Dívida Pública e impor, à semelhança do que já existe em relação ao défice orçamental, objectivos drásticos a cumprir obrigatoriamente pelos países. É fácil de concluir que esta associação é explosiva para Portugal, pois coloca o nosso País numa situação ainda muito mais grave e difícil do que a actual já que, com um crescimento económico anémico e mesmo em recessão económica, será obrigado, no futuro, a tomar medidas para reduzir drasticamente não só o défice orçamental mas também a Dívida Pública num curto período de tempo, o que significa ter de cortar muito mais na despesa pública, o que terá consequências económicas e sociais ainda mais graves do que as actuais, sob pena de sofrer sanções no caso de incumprimento. Este conjunto de medidas e as sanções “mais duras” já foram aprovadas na reunião de 28-29 de Outubro como noticiaram os media.

O segundo grupo de propostas, visa o controlo daquilo que no relatório é designado por “desequilíbrios económicos persistentes e divergências na competitividade”. A pretexto de que a crise mostrou que o chamado “Pacto de Estabilidade e Crescimento” não é suficiente e que os desequilíbrios macroeconómicos de cada país “agravam a vulnerabilidade da UE27” (§ 32 do relatório), o citado relatório defende que, para além do “procedimento em caso de défice excessivo”, passe a existir também um “Procedimento em caso de desequilíbrios macroeconómicos excessivos” e a possibilidade de um país ser colocado na “posição de desequilíbrio excessivo” (“excessive imbalance position”, § 37 do relatório). A análise deste conjunto de medidas parece que transitou para outra reunião futura do Conselho Europeu. Mas se for aprovado Portugal poderá ser colocado perante a seguinte imposição: Ter de reduzir num curto período de tempo, não só o défice orçamental, mas também a Dívida Pública, e igualmente o défice externo e a dívida externa mesmo numa situação de crise e sem crescimento económico. E como não possui instrumentos de política macroeconómica (política cambial, política monetária, etc., estes já passaram para a U.E. e BCE) só lhe restará uma via, que já está a ser utilizada actualmente para reduzir o défice orçamental, que é diminuir drasticamente o consumo interno, o que só pode ser conseguido, à falta de outros instrumentos, através de um corte generalizado e brutal dos salários de todos os portugueses (Blanchard, economista chefe do FMI, defendeu numa conferência organizada por um banco em Portugal um corte geral de 20% nos salários), das pensões, das despesas do SNS, dos apoios sociais, e do investimento. E pretende-se aplicar “sanções duras” aos países incumpridores. Desta forma o País ficará nas “mãos” de Bruxelas

A Alemanha, utilizando a força económica e com uma arrogância crescente, está a tentar impor a sua vontade a todos os outros países, apesar de ser uma das maiores beneficiárias com os desequilíbrios existentes. Em 2009, a Alemanha teve um superávit na sua Balança de Pagamentos de 111.263 milhões €, e Portugal um défice de 17.261 milhões €; em 2010, só no 1º semestre o superávit da Alemanha foi de 57.600 milhões €, enquanto Portugal teve na Balança de Pagamentos um défice de 9.728 milhões €. Uma parte do superávit alemão é conseguido à custa do desequilíbrio português. Segundo o INE, em 2009, as importações portuguesas da Alemanha atingiram 6.813 milhões €, enquanto as exportações para a Alemanha foram apenas de 4.100 milhões €, portanto, só Portugal contribuiu para o superávit da Alemanha com 2.813 milhões €; em 2010, e só até Agosto, Portugal importou da Alemanha bens no valor de 4.891 milhões € e só conseguiu exportar 3.033 milhões €, ou seja, menos 1.858 milhões €. Portanto, a Alemanha vende muito para os outros países da U.E. e compra pouco gerando fortes desequilíbrios, mas obtendo, assim, elevados superávites e benefícios. E recusa-se a tomar medidas para aumentar a sua procura interna como defendem muitos economistas e a própria “Task Force” nomeada pelo próprio Conselho Europeu.

À socapa dos portugueses e de outros povos da União Europeia, foi criada pelo Conselho Europeu uma “Task Force”, em que participou também o ministro português das Finanças Teixeira dos Santos, que elaborou um relatório com o esclarecedor título “ O fortalecimento do governo económico na U.E. ( “Strengthening Economic Governance in the EU”), que contém um conjunto de propostas, que se forem aprovadas e, depois, implementadas, determinarão, por um lado, a perda de mais uma parcela importante da reduzida soberania nacional ainda existente e, por outro lado, a condenação inevitável de Portugal a um maior atraso e empobrecimento.

O Relatório, que inclui propostas com consequências graves, está disponível ao leitor em <http://www.consilium.europa.eu/App/Search/searchMeta.aspx?id=1&lang=en&searchterm=Task+Force>.

#### **PROPOSTAS VISANDO “UMA MAIOR DISCIPLINA FISCAL” NA U.E.**

Um primeiro grupo de medidas visando uma maior disciplina fiscal, que foi aprovado na reunião do Conselho Europeu de 28-29 de Outubro, inclui para além do controlo do défice orçamental o controlo a Dívida Pública, com igual rigidez à que está a ser aplicada ao défice orçamental. E para que isso suceda, pretende-se introduzir procedimentos rápidos e automáticos e endurecer as sanções (depósitos obrigatórios em percentagem do PIB, com e sem juros, multas crescentes aos países que não atinjam os objectivos impostos pela União Europeia; a Alemanha conjuntamente com o presidente do Banco Central Europeu consideraram que as sanções propostas pela “Task Force” são insuficientes e defendem que fosse retirado ao incumpridor o direito de voto (mas não de ter de cumprir), com o apoio submisso de Nicolas Sarkozy da França, o que foi rejeitado pelo Conselho Europeu, pelo menos, nesta a fase transitória .

É fácil de concluir que a associação da redução drástica do défice como está a acontecer à redução drástica da Dívida Pública será uma associação explosiva para Portugal, pois colocará o nosso País numa situação ainda muito mais, frágil, grave e difícil do que a actual já que, com crescimento económico anémico e recessão económica à porta, o País será obrigado a tomar medidas para reduzir também drasticamente a Dívida Pública, o que significará ter de cortar muito mais na despesa pública, incluindo nos apoios aos desempregados e aos em situação de pobreza com consequências económicas e sociais muito mais graves que as actuais.

#### **PROPOSTAS VISANDO O “REFORÇO DO GOVERNO ECONÓMICO DA U.E.”**

Mas não são apenas aquelas medidas visando a “disciplina fiscal” que o Relatório da “Task Force” do Conselho Europeu defende que sejam aplicadas. Para além das medidas anteriores, existem no referido relatório outras propostas, estas já na área do chamado “governo económico da União Europeia” que, se forem implementadas, teriam consequências ainda mais graves para Portugal.

Estas propostas visam o controlo daquilo que no relatório é designado por “desequilíbrios económicos persistentes e divergências na competitividade”. No caso português seriam nomeadamente, os elevados défices da Balança de Bens e de Pagamentos, assim como o elevado endividamento externo, e também os “elevados custos do trabalho”

Nesta área, a pretexto de que a crise mostrou que o chamado “Pacto de Estabilidade e Crescimento” não é suficiente e que os desequilíbrios macroeconómicos de cada país “agravam a vulnerabilidade da UE27” (§ 32 do relatório), a “Task Force” defende que sejam impostas a cada País, também a nível da economia, metas obrigatórias tal como já sucede actualmente em relação ao défice orçamental.

E os procedimentos a adoptar seriam muito semelhantes aos já existentes em relação ao défice orçamental. Assim, para além do “procedimento em caso de défice excessivo” (EDP em inglês) passaria a existir também um “Procedimento em caso de desequilíbrios macroeconómicos excessivos” e a possibilidade de um país ser colocado na “posição de desequilíbrio excessivo” (“excessive imbalance position”, § 37 do relatório). E , tal como já sucede com a “posição de défice excessivo” o país seria colocada na “lista negra da U.E.” e sujeito a sanções. E embora o relatório afirme que os indicadores seriam depois estabelecidos pela Comissão, é certo que o défice da Balança de Pagamentos e a Dívida Externa (Pública e não pública) seriam certamente escolhidos. E para este “governo económico da União Europeia” ser real e efectivo, à semelhança do defendido em relação à chamada “disciplina fiscal”, em que se pretende reforçar os procedimentos automáticos e agravar as multas aos países incumpridores, aqui também se pretende que venham a ser adoptados procedimentos e sanções semelhantes.

O debate destas medidas parece que transitou para outra reunião futura do Conselho Europeu. Mas se forem aprovadas e aplicadas terão graves consequências para os portugueses e para Portugal. Efectivamente, a aprovação das propostas da “Task Force”, elaboradas com a participação do governo português, colocaria o País perante a seguinte situação: Ter de reduzir

num curto período de tempo, não só o défice orçamental, mas também a Dívida Pública, e igualmente o défice externo, a dívida externa e as famosas “reformas estruturais” mesmo numa situação de crise e sem crescimento económico. E como não possui instrumentos de política macroeconómica (política cambial, política monetária, etc., estes já passaram para a Comissão Europeia e para o BCE) só lhe restaria uma via, utilizada já actualmente para reduzir o défice orçamental, ou seja, reduzir drasticamente e muito mais a despesa, ou seja, o consumo interno, através de um corte generalizado e brutal dos salários de todos os portugueses das pensões, das despesas do SNS, dos apoios sociais, e do investimento.

A redução drástica e simultânea do défice orçamental, da Dívida Pública, do défice externo e da dívida externa, sem crescimento económico como sucede actualmente, e sem assentar numa política sustentada e prolongada de crescimento económico seria insustentável para o País e para os portugueses. Destruiria a economia e condenaria os portugueses ainda a uma maior miséria e atraso. Mas isso parece não preocupar “os senhores da Europa”, como já está a suceder com a redução do défice orçamental.

E o relatório da “Task Force” termina com a seguinte conclusão, que é bastante esclarecedora dos propósitos que estão subjacentes: as propostas poderão ser implementadas com os actuais tratados, embora seja necessário a adopção de nova legislação. Portanto, à margem dos povos da U.E. e sem a sua participação pretende-se mais uma vez introduzir medidas que terão consequências dramáticas nomeadamente nos países mais pequenos e menos desenvolvidos, e enfrentando uma grave crise, como é Portugal, e que representam, na prática, também uma redução drástica da soberania nacional que não foi aprovadas pelos povos da U.E. E isto está a suceder com o apoio do governo de Sócrates.

**A ALEMANHA, APROVEITANDO A SUA FORÇA ECONOMICA E DANDO PROVAS DE NOVO DE UMA GRANDE ARROGÂNCIA, PROCURA IMPOR A SUA VONTADE A TODA A UNIÃO EUROPEIA**

Contrariamente ao que pretende fazer crer, a Alemanha é um dos países mais beneficiados com a União Europeia. A Alemanha, com a sua política, tem gerado fortes desequilíbrios no interior da U.E. e tirado grandes benefícios, como mostra o quadro seguinte com dados do Eurostat.

**Quadro 1 – Saldo da Balança de Pagamentos – Milhões de euros**

<b>REGIÕES / PAÍSES</b>	<b>2008 Milhões €</b>	<b>2009 Milhões €</b>	<b>2010-1º Semestre Milhões €</b>
ZONA EURO (16 países)	-153.803	-55.925	-44.942
UE27	-252.175	-117.156	-68.909
<b>Alemanha</b>	<b>+166.963</b>	<b>+117.263</b>	<b>+57.600</b>
Portugal	-21.699	-17.261	-9.728

FONTE: Eurostat

O crescimento da Alemanha tem sido possível com base nos profundos desequilíbrios existentes em outros países da U. E.. Em 2008, a Alemanha teve um “superavit” na sua Balança de Pagamentos de 166.963 milhões €, enquanto os 26 países acumularam défices superiores a 419.138 milhões € (retiramos apenas o superávit da Alemanha, embora existam mais países com excedentes como é o caso da Holanda), e o défice da Balança de Pagamentos Portuguesa foi de 21.699 milhões €. Em 2009, a Alemanha alcançou novamente um superávit de 111.263 milhões €, sendo o défice de Portugal de 17.261 milhões €; e em 2010, só no 1º semestre o superávit da Alemanha foi de 57.600 milhões €, enquanto Portugal teve na Balança de Pagamentos um défice de 9.728 milhões €

Uma parte do superávit alemão é conseguido à custa dos desequilíbrios dos outros países da U.E.. De acordo o INE, em 2009, as importações portuguesas da Alemanha atingiram 6.813 milhões €, enquanto as exportações foram apenas de 4.100 milhões €; portanto, só Portugal contribuiu para o superávit da Alemanha com 2.813 milhões €, em 2010, e só até Agosto, Portugal importou da Alemanha bens no valor de 4.891 milhões € e só conseguiu exportar 3.033 milhões €, ou seja, menos 1.858 milhões €. Portanto, a Alemanha vende muito para os outros países da U.E. e compra pouco gerando fortes desequilíbrios, e obtendo elevados superávites.

A própria “Task Force” reconhece esse facto, e recomenda que os “Estados membros que tenham acumulado elevados superávites na Balança Corrente devem implementar reformas estruturais com o objectivo de reforçar a procura interna e o crescimento potencial” (§ 33 do Relatório). Mas é uma intenção a que certamente a Alemanha se oporá, porque isso a levaria a importar mais de outros países da U.E. reduzindo os desequilíbrios existentes no seio da própria U.E. que o Conselho e a Comissão Europeia nada têm feito para diminuir. Naturalmente neste campo não haverá metas precisas como se impõe a nível do défice orçamental mas que seriam fundamentais para que a U.E. se desenvolvesse de uma forma sustentada e equilibrada.

